

Supremo em Números

FGV Direito Rio

Guilherme da Franca Couto Fernandes de Almeida
guilherme.almeida@fgv.br

Mission

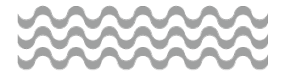


To use cutting edge **technology** to advance **legal knowledge** through **data science** by identifying and explaining patterns that are relevant both for **civil society** and for **academia**

Mission

To use cutting edge **technology** to advance **legal knowledge** through **data science** by identifying and explaining patterns that are relevant both for **civil society** and for **academia**

Database with information on over 30 mi judicial procedures and a team of researchers from different backgrounds.



The high impact of simple analyses

Votos vista

< VEJA TODOS OS POSTS

Quinta-feira, 25/05/2017, às 07:52, por Andréia Sadi

Com receio de sair derrotado, Temer quer prolongar ação no TSE

O presidente Michel Temer se reuniu nesta quarta-feira (24) com os seus principais assessores e advogados para discutir o agravamento da crise política após a delação da JBS.

Como o chefe do Executivo federal descarta a renúncia e não acredita no processo de impeachment via Câmara, a preocupação do governo é a ação ajuizada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelo PSDB que pede a cassação da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer. O julgamento será retomado em 6 de junho.

O governo já trabalha com a possibilidade de um placar contrário para Temer no TSE. Mas, mesmo assim, está "disposto a enfrentar" para "prolongar" o resultado. Isto é, vai trabalhar por um julgamento longo, apostando em um pedido de vista (mais tempo para analisar o caso), sem desfecho em junho.



AUTORES



Andréia Sadi

OCULTAR PERFIL

Votos vista

A estratégia discutida- que estava descartada antes da delação da JBS- é um pedido de vista por algum ministro . Desta forma, o governo ganha tempo no tribunal já que o julgamento seria, mais uma vez, interrompido por um ministro para que ele tivesse mais tempo para analisar o processo.

Antes da delação da JBS, Temer queria finalizar o processo no TSE agora em junho. O Planalto tinha segurança do resultado favorável ao governo e queria eliminar focos de pressão exatamente por temer o avanço das investigações da Lava Jato envolvendo peemedebistas e quadros importantes do governo.

Mas o cenário mudou. Como o blog antecipou nesta semana, no entanto, o governo já conta com três votos contrários a Temer. Está em dúvida em relação ao quarto voto. São sete ministros ao total na corte.

Votos vista



Valor.com.br | ValorInveste | Valor RI

Valor ECONÔMICO

Home | Brasil | **Política** | Finanças | Empresas | Agronegócios | Internacional | Opinião | Leg

Executivo | Congresso | Estados e Municípios | Partidos | Judiciário

30/05/2017 às 05h00 2

Pedido de vista deve adiar julgamento da chapa Dilma-Temer

Por **Maíra Magro** | De Brasília

Advogados que atuam no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já dão como certo um pedido de vista no julgamento da ação que pode resultar na cassação do mandato do presidente Michel Temer. Já se fala inclusive que o pedido poderia vir do ministro Napoleão Nunes Maia Filho, o primeiro a votar após o relator do caso, Herman Benjamin. O julgamento está marcado para 6 de junho, terça-feira, com as quatro sessões seguintes dedicadas ao caso.

Votos vista

UOL notícias Política



ÚLTIMAS ▾ CIÊNCIA E SAÚDE ECONOMIA ▾ INTER JORNAIS POLÍTICA ▾ UOL CONFERE TECNOLOGIA TABLOIDE LOTERIAS + CANAIS ▾

Pedido de vista em julgamento de chapa seria "absolutamente normal", diz Gilmar Mendes 142

Mirthyani Bezerra
Do UOL, em São Paulo 29/05/2017 | 11h41 > Atualizada 29/05/2017 | 12h11

f t p in ✉ Ouvir texto Imprimir Comunicar erro

Alan Marques/ Folhapress



Vizinho PCC alugou casa para matar agente penitenciário 73

Publicidade

PUBLICIDADE



15



11

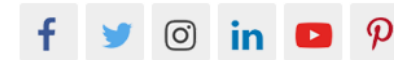
'Pedidos de vista não costumam ser alongados no TSE', diz Gilmar

Às vésperas de julgamento da chapa presidencial, ministro da corte eleitoral afirma que interrupções são normais

Isadora Peron e Breno Pires, O Estado de S.Paulo
30 Maio 2017 | 15h34

BRASÍLIA - O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, afirmou nesta terça-feira, 30, que um eventual pedido de vista (mais prazo para analisar o processo) durante o julgamento da ação que pode levar à cassação do mandato do presidente Michel Temer não deve ser alongado. Segundo ele, essa não é a prática no tribunal. "Os pedidos de vista no TSE não são alongados, em geral isso não acontece", disse.

SIGA O ESTADÃO



PUBLICIDADE



Votos vista

We captured hundreds of thousands of TSE procedures, creating a database. We then explored the data to identify the patterns that allowed us to find clarification requests.

Votos vista

Clarification requests occur on only **1.17%** of TSE procedures started between January 2006 and May 2017.

Votos vista

Clarification requests occur on only **1.17%** of TSE procedures started between January 2006 and May 2017.

On average, clarification requests last for **66,97 days**, and 1/5 of the requests last longer than 100 days - 5 times the maximum allowed time under Brazilian law.

poder

governo encurralado

[LISTA DE FACHIN](#) | [PRÓXIMOS PASSOS](#) | [VÍDEOS DAS DELAÇÕES](#) | [TRÊS ANOS DA LAVA JATO](#) | [ENTENDA A OPERAÇÃO](#) | [ORIGEM](#)

Ministros do TSE interrompem 1 a cada 100 processos com pedido de vista



Pedro Ladeira/Folhapress

O presidente Michel Temer (PMDB), em Brasília

UIRÁ MACHADO
EDITOR DA "ILUSTRÍSSIMA"

05/06/2017 © 02h00

leia também

Eleição indireta não tem favorito óbvio, diz Datafolha

Debate sobre Odebrecht deve abrir sessão de cassação de Temer

Temer ensaia ataque a Janot e Fachin contra afastamento do cargo

Edição impressa

especiais



A LISTA DO FACHIN

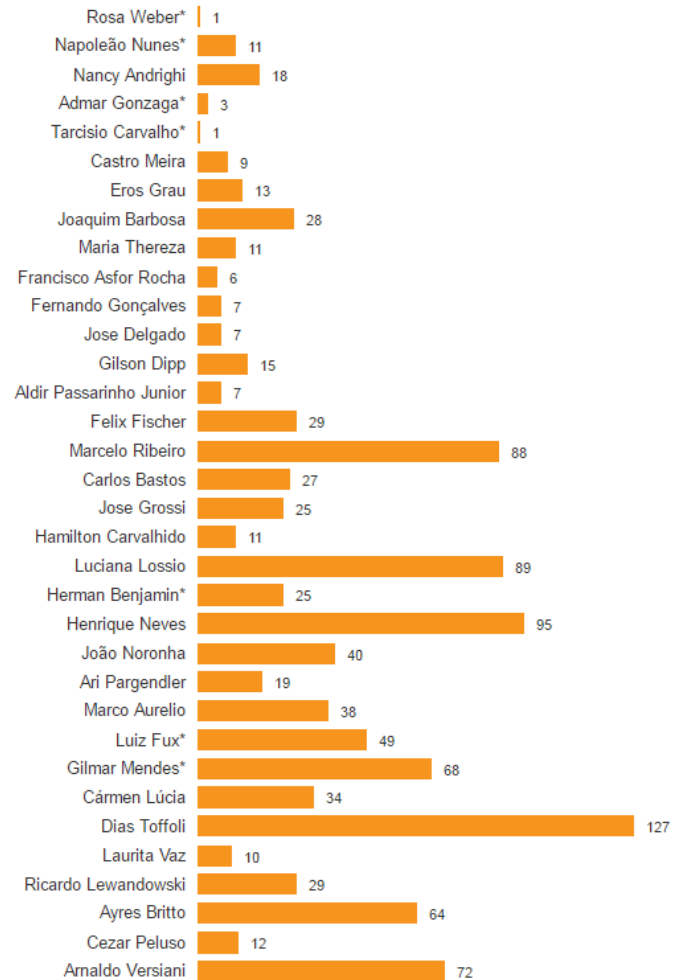
Quem são os 97 políticos que serão investigados no STF e suas acusações

Votos vista

BALANÇO POR MINISTRO

Total de pedidos

Duração média em dias



*Atualmente no cargo

Fonte: Supremo em Números - FGV Direito Rio
Confira mais informações de [Fatos](#)

Foro privilegiado/special standing

Capa do jornal O Globo
per dar status de ministro a Moreira Franco (Secretaria-Geral), mantido pelo Supremo Tribunal Federal, o foro privilegiado na prática tem resultado em investigações mais lentas. Levantamento da FGV Direito Rio mostra que, no STF, de 404 ações penais concluídas entre 2011 e março do ano passado, 276 (68%) prescreveram

ou foram repassadas para instâncias inferiores porque a autoridade deixou o cargo. Ontem, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB), apresentou emenda para blindar os presidentes da Câmara e do Senado, proibindo que fossem julgados por crimes cometidos antes do exercício do cargo. A proposta provocou forte reação, levando Jucá a recuar. **PÁGINA 3**

0,74%

É o percentual de ações contra investigados com foro privilegiado que resultou em condenação no Supremo Tribunal Federal. **PÁGINA 3**

Foro privilegiado/special standing

Barroso quer restringir alcance do foro privilegiado

Pedro Ladeira/Folhapress



Ministro do STF Luís Roberto Barroso, que quer restringir o foro privilegiado, em seu gabinete

LEANDRO COLON
DIRETOR DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

16/02/2017 © 02h00

Foro privilegiado/special standing

O ministro Luís Roberto Barroso enviou nesta quarta (15) ao plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) um processo para discutir a redução do alcance da prerrogativa de foro de deputados, senadores e ministros.

Para Barroso, os demais ministros devem se manifestar sobre a possibilidade de restringir o foro a casos relacionados a acusações por crimes cometidos durante e em razão do exercício do cargo.

"Se o fato imputado, por exemplo, foi praticado anteriormente à investidura no mandato de parlamentar federal, não se justificaria a atribuição de competência ao STF", diz trecho do despacho assinado por Barroso.

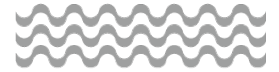
Diante deste cenário, inquéritos e ações penais abertas em primeira instância não seriam remetidos ao Supremo quando o personagem for eleito para o Congresso ou virar ministro, ao contrário do que ocorre hoje.

Foro privilegiado/special standing

“Para avaliar essa proposta, utilizamos duas variáveis binárias [...]: a primeira indica se o inquérito que precedeu a ação penal já iniciou no Supremo ou se iniciou em instância inferior; a segunda indica se o fato imputado relaciona-se à função ou não. Apenas 5,44% (intervalo de confiança: 3,43% - 7,45%) das imputações e 5,71% dos processos (intervalo de confiança: 1,75% - 9,68%) da amostra satisfazem ambas condições. Ou seja, se essa interpretação houvesse sido adotada em 2006, 19 de cada 20 ações penais processadas pelo Supremo nos últimos 10 anos teriam corrido em instâncias diferentes” (V Relatório Supremo em Números, pp. 80-81).

Foro privilegiado/special standing

20. Para que se tenha uma ideia do efeito prático da interpretação proposta, estima-se que menos de 10% das ações penais perante o STF envolvam crimes cometidos em razão do cargo e após a investidura nele. De acordo com a FGV, “*apenas 5,44% (intervalo de confiança: 3,43% - 7,45%) das imputações e 5,71% dos processos (intervalo de confiança: 1,75% - 9,68%) da amostra satisfazem ambas condições*”²⁴. Assim, conforme conclusão do relatório, “*se essa interpretação houvesse sido adotada em 2006, 19 de cada 20 ações penais*



Quantifying legal arguments

Decisions rendered by STF

Year	# decisions in database
2018	121.053
2017	123.561
2016	111.456
2015	110.896
2014	111.182

Making sense of this data

1. Use clustering techniques to identify groups of similar decisions;
2. Use machine learning to identify legal arguments.

Legal argument

1. Maj. premise - Federal Law nº 11.705/2008 establishes that driving under the influence of alcohol is a crime punishable with a hefty fine;
2. Min. premise - John drove under the influence of alcohol;
3. Conclusion - John will be fined.

Legal argument

1. Maj. premise - **Federal Law nº 11.705/2008** establishes that driving under the influence of alcohol is a crime punishable with a hefty fine;
2. Min. premise - John drove under the influence of alcohol;
3. Conclusion - John will be fined.

Legal argument

1. Maj. premise - **The Supreme Court** established that driving under the influence of alcohol is a crime punishable with a hefty fine;
2. Min. premise - John drove under the influence of alcohol;
3. Conclusion - John will be fined.

Legal argument

1. Maj. premise - **Prominent legal scholars** argue that driving under the influence of alcohol should be a crime punishable with a hefty fine;
2. Min. premise - John drove under the influence of alcohol;
3. Conclusion - John will be fined.

Identifying legal sources

We set out to build a dataset labeling all sources mentioned on Supreme Court rulings.

Identifying legal sources

We set out to build a dataset labeling all sources mentioned on Supreme Court rulings.

To do so, we added the annotation procedure as an assignment for extra credits in the legal data science course.

Identifying legal sources

This way, we got 139 law students who are familiar with legal argumentation to create the training dataset.

Identifying legal sources

This way, we got 139 law students who are familiar with legal argumentation to create the training dataset.

At the same time, this was valuable as a teaching instrument for students to learn of the role played by labeled datasets on supervised machine learning.

Identifying legal sources

Precedente

p

Doutrinador


d

Ref. Legislativa

r

Pessoa

S-p

no [art. 97 da Constituição Federal](#) , que deve ser respeitada pelos tribunais quando, no exercício da jurisdição, precisem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público. Vide:

Identifying legal sources

Precedente

p

Doutrinador


d

Ref. Legislativa

r

Pessoa

S-p

no [art. 97 da Constituição Federal](#) , que deve ser respeitada pelos tribunais quando, no exercício da jurisdição, precisam declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público. Vide:

Letra

l

Alínea

S-a

Inciso

S-i

Parágrafo

p

Instituição

i

Origem

o

Artigo

a

Diploma Legal

d

art. [535](#)  do [CPC](#) .

Identifying legal sources

Results: 750 decisions were annotated, rendering a dataset with 581.645 annotations.

Identifying legal sources

Results: 750 decisions were annotated, rendering a dataset with 581.645 annotations.

We are now experimenting with machine learning to train a model capable of mapping all mentions to legal sources in the STF caseload.

Thanks!

www.fgv.br/supremoemnumeros

guilherme.almeida@fgv.br